

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1980)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUÍZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUÍZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTINA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CÉSAR MESQUITA
LUÍZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A imoralidade de Lula



Ao agredir a oposição venezuelana e defender o companheiro Maduro, Lula reafirma o padrão de sua diplomacia imoral, em que ditadores são festejados e dissidentes políticos, ridicularizados

O presidente Lula da Silva está mesmo empenhado em se credenciar como o guia genial do tal “Sul Global” contra os “imperialistas” americanos. Para antagonizar os Estados Unidos, fustigar o Ocidente e proclamar sua vocação de salvador dos pobres e oprimidos na geopolítica internacional, Lula manda às favas o histórico da diplomacia brasileira de prudência, neutralidade e respeito à democracia, e arrasta consigo o Brasil e sua política externa. Combina a habitual falta de filtros em temas espinhosos dos

quais nada entende com a defesa obscura de ditaduras e ditadores. A Lula pouco importa o que autocratas fazem contra a democracia e os direitos humanos – basta que se insurjam contra os Estados Unidos.

A recente declaração de Lula sobre a Venezuela é só mais um exemplo desse pensamento deletério. Lula se disse “feliz” com a definição da data para a eleição presidencial venezuelana – a eleição que Nicolás Maduro controla com mão de ferro, pelo domínio que tem sobre a Justiça e sobre as regras do sistema eleitoral do país, o que tem lhe ga-

rantido sufocar a oposição, atentar contra a imprensa independente e perpetuar a ditadura chavista.

Questionado se acreditava que a eleição seria justa, Lula alegou ter recebido informações do próprio companheiro Maduro, ora vejamos, de que observadores internacionais serão convidados a monitorar o pleito. E, num misto de grosseria e misoginia, sugeriu à oposição da Venezuela “não ficar chorando”, referência clara ao fato de que a mais forte candidata opositora, Maria Corina Machado, foi impedida pela Suprema Corte chavista de disputar as eleições. Para Lula, bastaria à oposição escolher outro candidato – como se Maria Corina não tivesse sido vítima de flagrante perseguição e como se qualquer outro candidato pudesse concorrer livremente num ambiente totalmente controlado por Maduro.

Não foi uma gafe ou um escorregão retórico movido pelo improviso. Trata-se de um padrão, e, como tal, um atestado de suas convicções. É longa a sua coleção de declarações em favor de ditaduras, a começar pela própria Venezuela, um país “democrático” até demais, segundo Lula, por realizar “mais eleições que o Brasil”. Relativizando as barbaridades promovidas por Maduro, o presidente brasileiro afirmou que o “conceito de democracia é relativo”. Para Lula, democracia não é a soberania popular, a garantia das liberdades de expressão e de imprensa, a intransigência com qualquer forma de arbítrio de tiranos. Em seu relativismo, os ditadores companheiros são “democratas” porque se julgam intérpretes das aspirações do “povo”.

Lula é cruel com aqueles que ousam enfrentar os ditadores companheiros. Em 2010, por exemplo, ele defendeu a “Justiça” cubana e criticou presos políticos que ali faziam greve de fome contra o regime dos irmãos Castro. Na sua diplomacia da imoralidade, equiparou os valentes dissidentes cubanos aos presos comuns no Brasil.

Há muitos outros casos em que a indecência lulopetista se manifestou dessa maneira. Recorde-se que Lula defendeu o ditador Daniel Ortega inúmeras vezes, a despeito das escancaradas violações de direitos humanos cometidas pelo nicaraguense – e, numa reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU em março do ano passado, o Brasil se recusou a acompanhar os mais de 50 países que denunciaram a prática de crimes contra a humanidade pela tirania de Ortega.

Lula saltou do abismo moral para se alinhar ao que há de mais retrógrado e autoritário. Ao fazê-lo, descredenciou-se como líder global digno de respeito internacional e debilita a política externa brasileira, obliterando suas oportunidades de integração econômica e de cooperação para a paz, a democracia e as liberdades fundamentais. Sua política externa está ancorada num princípio absoluto e maniqueísta: a hostilidade ao Ocidente e o alinhamento automático a tudo o que é antagônico aos valores ocidentais. Quando esse sectarismo ideológico substitui a visão de Estado, o voluntarismo ignora a decência e a diplomacia é feita com cacoetes de esquerdismo infantil, não há jeito. Não há mais o que esperar de Lula se não essa imoralidade sem limites. ●

Retrocesso político e social

Eleição de expoentes do bolsonarismo para presidir a CCJ e a Comissão de Educação da Câmara retrata a força de uma oposição em tudo contrária à boa política e aos interesses do País

Dois expoentes do bolsonarismo na Câmara dos Deputados foram eleitos para a presidência de duas das mais importantes comissões permanentes da Casa, no dia 6 passado. Caroline de Toni (PL-SC) dirigirá os trabalhos da poderosa Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Já Nikolas Ferreira (PL-MG) ficará a cargo da Comissão de Educação. Nem este nem aquela têm os atributos necessários para conduzir bem ambos os colegiados. Mas isso não tinha qualquer importância para os que viabilizaram seus nomes. Caroline de Toni e Nikolas Ferreira não foram parar no comando da CCJ e da Comissão de Educação para trabalhar pelo País. Lá eles estarão, apenas e tão somente, para

espelhar o governo Lula da Silva.

O histórico parlamentar de Caroline de Toni e Nikolas Ferreira não autoriza uma nesga de esperança de que ambos venham a trabalhar em prol do melhor interesse público no exercício de suas novas atribuições no Poder Legislativo. A inadequação do par é notória. Ademais, não seria exagero afirmar que a catarinense e o mineiro personificam como poucos o traço mais distintivo do bolsonarismo: a negação da política, entendida como a capacidade de fazer concessões para alcançar um mínimo denominador comum em termos de políticas públicas.

Devotos discípulos de Jair Bolsonaro, tanto Caroline como Nikolas emulam as táticas empregadas pelo “mito” para aniquilar qualquer debate civilizado no nascedouro – e, de

quebra, ainda destruir a reputação de adversários, tratados como inimigos a serem eliminados do jogo político. Decerto há um anseio em setores da sociedade por esse tipo de atitude indecorosa, para dizer o mínimo. Afinal, ambos aportaram em Brasília trazendo a tiracolo votações muito expressivas, em particular o mineiro, o deputado federal mais bem votado do País nas eleições de 2022 (1,47 milhão de votos). Triunfos eleitorais, porém, por mais acachapantes que sejam, nem de longe podem ser vistos como sinal de preparo para as lides próprias da política.

Moderação é palavra-chave em qualquer democracia digna da designação. O sistema de freios e contrapesos, em última análise, não se presta a outra coisa senão a garantir que nenhum Poder ou mandatário sobrepuje os demais. Em outras palavras: ao se controlarem mutuamente, os Poderes, harmônicos, mas independentes entre si, repelem extremistas. Nesse sentido, não só é salutar, como é altamente desejável que a oposição ao governo no Congresso, qualquer governo, seja um só tempo forte e atuante. E isso se materializa, entre outras formas, pela ocupação de papéis de destaque em comissões permanentes e temáticas. Mas, afinal, de que oposição se está falando? Eis o busilis.

A oposição bolsonarista já deu mos-

tras à exaustão, literalmente, de que não está a serviço do País, da democracia, tampouco da liberdade. Essa oposição só serve aos interesses de Bolsonaro e dos próprios parlamentares – que vivem de usar seus mandatos de representação como insumos para angariar engajamento nas redes sociais e assim granjear influência. No caso particular da ascensão de Caroline de Toni e Nikolas Ferreira às duas prestigiosas comissões, serve também aos interesses do presidente da Câmara, Arthur Lira. A eleição de deputados radicalizados do PL – partido com a maior bancada na Casa – para cargos de altíssima relevância é decorrência direta dos acordos políticos que foram costurados por Lira com vistas à sua sucessão no comando da Câmara. Isso indica que Lira está mais preocupado no momento em manter seu poder de fazer o sucessor do que com os desatinos que decerto serão cometidos na condução da CCJ e da Comissão de Educação.

O governo Lula da Silva precisa ser escrutinado por uma oposição altiva, firme e, sobretudo, democrática. Uma oposição leal, no sentido de apontar para direções alternativas que conduzam o País a bom lugar. As novas lideranças da CCJ e da Comissão de Educação, contudo, retratam a força de uma oposição em tudo contrária a isso. ●